



PORTARIA Nº 524, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Autoriza repasse no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Componente de Vigilância em Saúde de recurso financeiro para intensificação das ações de imunização com a vacina contra febre amarela.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor dos valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde;

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 1.955/GM/MS, de 2 de dezembro de 2015, que altera e acresce dispositivos à Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 2.057/GM/MS, de 21 de outubro de 2016, que atualiza os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde, com base na estimativa populacional do IBGE para 2015, definindo doravante os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde das 27 (vinte e sete) Unidades Federadas; e

Considerando o cenário epidemiológico da febre amarela, em 2017, apresentando ocorrência de surto em várias Unidades Federadas, a necessidade de realização das ações de intensificação da vacinação para interromper a transmissão da doença nos municípios com notificação de casos e epizootias e naqueles que fazem fronteira a essas localidades, resolve:

Art. 1º Fica autorizado repasse no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Componente de Vigilância em Saúde de recurso financeiro para intensificação das ações de imunização com a vacina contra febre amarela.

Art. 2º Os recursos financeiros corresponderão a R\$ 13.830.085,91 (treze milhões, oitocentos e trinta mil oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), a serem transferidos para os Fundos de Saúde dos Estados e dos Municípios, em parcela única, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobre de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007.

Art. 4º Nos casos em que for verificada a não execução integral do objeto originalmente pactuado e a existência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Distrital e Municipais não executados, seja parcial ou totalmente, o ente federativo estará sujeito à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Art. 5º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) foram executados, total ou parcialmente em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 6º O ente federativo beneficiado, constante desta Portaria, que esteja com repasse do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde bloqueado, por não alimentação do SIM e SINAN, não fará jus aos recursos previstos nesta Portaria caso a regularização da alimentação dos sistemas ocorra após 90 (noventa) dias da data de publicação do bloqueio, conforme disposto no § 2º do art. 39 da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013.

Art. 7º O FNS adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 8º Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

| UF | IBGE | ENTE FEDERATIVO | VALOR (R\$) |
|--------|--------|-------------------------|-------------|
| BA | 290000 | SES BAHIA | 35.836,99 |
| BA | 290670 | Cândido Sales | 27.562,80 |
| BA | 290870 | Condeúba | 18.775,87 |
| BA | 290900 | Cordeiros | 9.136,10 |
| BA | 291040 | Encruzilhada | 20.432,11 |
| BA | 291180 | Guaratinga | 22.918,53 |
| BA | 291280 | Ibirapuá | 9.059,88 |
| BA | 291530 | Itagimirim | 7.538,57 |
| BA | 291600 | Itanhém | 21.170,62 |
| BA | 291680 | Itarantim | 20.812,18 |
| BA | 291740 | Jacaraci | 15.898,05 |
| BA | 291845 | Jucuruçu | 10.332,96 |
| BA | 291890 | Lajedão | 4.167,38 |
| BA | 291970 | Macarani | 19.522,62 |
| BA | 292000 | Maiquinique | 10.488,49 |
| BA | 292110 | Medeiros Neto | 24.241,05 |
| BA | 292180 | Mortugaba | 12.880,15 |
| BA | 292200 | Mucuri | 42.834,61 |
| BA | 292470 | Piripá | 12.396,05 |
| BA | 293000 | Sebastião Laranjeiras | 11.963,45 |
| BA | 293180 | Tremedal | 18.389,62 |
| BA | 293260 | Urandi | 17.848,87 |
| TOTAL: | | | 394.206,95 |
| ES | 320000 | SES ESPÍRITO SANTO | 152.653,51 |
| ES | 320010 | Afonso Cláudio | 33.379,21 |
| ES | 320013 | Águia Branca | 10.377,25 |
| ES | 320016 | Água Doce do Norte | 12.316,74 |
| ES | 320020 | Alegre | 33.140,25 |
| ES | 320030 | Alfredo Chaves | 15.479,87 |
| ES | 320035 | Alto Rio Novo | 8.218,37 |
| ES | 320050 | Apiacá | 8.165,84 |
| ES | 320070 | Atílio Vivacqua | 11.675,05 |
| ES | 320080 | Baixo Guandu | 32.581,99 |
| ES | 320090 | Barra de São Francisco | 46.294,38 |
| ES | 320110 | Bom Jesus do Norte | 10.521,45 |
| ES | 320115 | Brejetuba | 13.180,91 |
| ES | 320120 | Cachoeiro de Itapemirim | 216.634,75 |
| ES | 320140 | Castelo | 39.212,10 |
| ES | 320150 | Colatina | 127.305,94 |
| ES | 320170 | Conceição do Castelo | 13.241,68 |
| ES | 320180 | Divino de São Lourenço | 4.768,90 |
| ES | 320190 | Domingos Martins | 35.626,67 |
| ES | 320200 | Dores do Rio Preto | 7.127,60 |
| ES | 320210 | Ecoporanga | 24.970,29 |
| ES | 320220 | Fundão | 20.987,28 |
| ES | 320225 | Governador Lindenberg | 12.817,32 |
| ES | 320230 | Guacuí | 31.874,38 |
| ES | 320245 | Ibatuba | 26.334,01 |
| ES | 320250 | Ibiraçu | 12.845,13 |
| ES | 320255 | Ibitirama | 9.660,37 |
| ES | 320260 | Iconha | 14.321,12 |
| ES | 320265 | Irupi | 13.637,20 |
| ES | 320270 | Itaguaçu | 15.266,66 |
| ES | 320290 | Itarana | 11.596,77 |
| ES | 320300 | Iúna | 30.635,29 |
| ES | 320310 | Jerônimo Monteiro | 12.315,71 |
| ES | 320313 | João Neiva | 17.608,88 |
| ES | 320316 | Laranja da Terra | 11.790,41 |